

Entre os principais pontos atacados, estão o fato de não ter havido licitação e de que a empresa receberá até 45,5 milhões, caso constate que a venda da Sabesp irá beneficiar a população, mas só 8,6 milhões de reais caso conclua negativamente. Para os críticos da privatização esses critérios podem enviesar o trabalho da consultoria.

O governo estadual não detalhou quanto a IFC pagará pelas consultorias jurídica e empresarial que foram subcontratadas. O projeto de lei de venda da Sabesp voltará a ser discutido pelos deputados no congresso de comissões, como está acontecendo agora na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Eu gostaria de informar, Sr. Presidente, que estive de quinta-feira até domingo em Pernambuco para participar de colóquio que a Ordem dos Advogados do Brasil realizou sobre a questão da importância da cannabis medicinal.

Também estive no sábado visitando a Associação Aliança, que justamente também utiliza cannabis medicinal para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Falarei a respeito desse tema no dia de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Obrigado, deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, peço que possa haver o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quarta-feira.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 56 minutos.

* * *

14 DE NOVEMBRO DE 2023 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, PAULO MANSUR, EDUARDO SUPLYCY, CARLOS CEZAR e GILMACI SANTOS

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PAULO MANSUR
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - DANI ALONSO
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
8 - MARINA HELOU
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PAULO MANSUR
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - EDUARDO SUPLYCY
Assume a Presidência.
11 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLYCY
Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
13 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
14 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Eduardo Suplycy.
16 - EDUARDO SUPLYCY
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
17 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defero o pedido e suspende a sessão às 14h56min.
18 - CARLOS CEZAR
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h34min.
19 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - BETH SAHÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
21 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência.
22 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
23 - DR. JORGÉ DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
24 - DR. JORGE DO CARMO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
25 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defero o pedido. Convoca reuniões conjuntas das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 55 minutos; e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Infraestrutura, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no dia 21/11, às 14 horas, em primeira convocação; e às 14 horas e 20 minutos, em segunda convocação. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.)
Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.)
Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rogério Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.)
Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.
O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, cumprimentar o deputado Suplycy, o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica,

todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente, deputado Carlos Giannazi, nós estamos participando de um congresso de comissões desde quarta-feira passada. Está sendo lido um voto, que é um voto contrário à privatização da Sabesp, e esse voto tem mais de 1.200 páginas.

Eu quero falar sobre ele porque, às vezes, as pessoas que estão nos assistindo pelas redes sociais e até pela TV Alesp não entendem o procedimento, o conjunto de procedimentos que se dá dentro desta Casa.

Na realidade, nós fizemos um voto para obstruir a pauta mesmo. É para obstruir o governo e obstruir esta Casa no que se refere à privatização da Sabesp, porque várias ações foram protocoladas no Judiciário, tanto no Tribunal de Justiça como no STF, no Supremo Tribunal Federal.

Obviamente o governo queria que se votasse esse projeto a toque de caixa. Conseguimos que, no dia 16 agora, tenhamos aqui uma audiência pública para debater a privatização da Sabesp. Porque, para nós que estamos no dia a dia nos bairros, nós conversamos com a população e, de imediato, nós já temos a posição do povo, que é contrário à privatização da Sabesp.

Tem experiências ruins de privatização na distribuição de água em outros estados. Então, obviamente, não podemos deixar o governo chegar aqui num dia, no outro dia pôr um projeto e, daqui a pouco, ele ter se aprovado a toque de caixa. Então, o voto, a discussão desse voto, a leitura dele é uma leitura lenta mesmo, mas com esse objetivo de que possa se esticar o quanto possível a corda.

Porque, senão, esse projeto já estaria hoje aqui, que era o objetivo do governo, já ter começado o debate no plenário para votá-lo a toque de caixa. E não é assim que se faz as coisas. Então, o governo tem a sua maioria, tem os seus deputados, suas deputadas aqui que seguem todas as suas orientações.

Quando alguém não está, às vezes, seguindo ali, está se rebelando, ele chama lá no Palácio, conversa e, no outro dia, a pessoa vem convencida. No dia ele está contra, no outro dia ele está a favor. É uma coisa incrível isso, mas essas são as ferramentas que o governo tem.

Esta Casa é o que falei ontem na entrega do prêmio Zumbi dos Palmares, deputado Suplycy, que esta Casa tinha que ser mais povo e menos governo. Mas ela tem sido mais governo e menos povo. Mas, quando chega o processo eleitoral, quem vai à uma decidir, quem vai ocupar os cargos aqui não é o governo, é o povo.

Então, os deputados deveriam ouvir mais o povo, mais a população, ouvir aqueles que deram o voto para eles, que confiaram neles, e não o governo, e não as promessas do governo, e não se curvar às promessas do governo.

Tudo bem, tem o partido que ganhou o governo, que é o Republicanos, o partido que apoia o governo, que é o PL, mas tem outros partidos que até candidato tiveram, que não estavam nesse projeto do Tarcísio de Freitas.

Não estavam dentro desse programa de privatizações, de venda do patrimônio público, de venda da Sabesp, de venda do Metrô, de venda da CPTM, e agora eles aderiram. Isso dá um entendimento de que é uma traição ao eleitor. Quer dizer, e os ideais? E o conjunto de ideias? E o ideário que essas pessoas, no processo eleitoral, defenderam?

Então, cabe sim à oposição dificultar a vida do governo. É papel da oposição obstruir, e não facilitar. E a oposição nesta Casa é muito povo, ela não é nada governo. Agora, seria interessante que aqueles deputados que foram eleitos pelo povo fossem mais povo e menos governo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de chamar V. Exa. para presidir esta sessão.

Com a palavra o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Eu sou o próximo orador.

O deputado Reis está no congresso, na obstrução do criminoso projeto de privatização da água do estado de São Paulo. Chamo para conduzir esta sessão o deputado Mansur.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Paulo Mansur.

* * *

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Com a palavra, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Paulo Mansur, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, hoje eu quero falar, Sr. Presidente, da pirataria e também da privatária tucana.

Primeiro tema, a pirataria. Eu quero me referir a uma denúncia que está sendo divulgada na grande imprensa sobre uma fiscalização que foi feita nesses dias, exatamente pela Superintendência de Fiscalização da Anatel, Sr. Presidente.

E ela fiscalizou, através de seu serviço de inteligência, a Multilaser. Ela agora mudou de nome, agora é Multi; é a empresa do atual secretário estadual de Educação, Renato Feder. Olha só a manchete: "112 mil produtos irregulares da Multilaser foram lacrados pela Anatel". Sr. Presidente, isso é grave, é a maior...

Olha: "De acordo com a Anatel, trata-se da maior retenção de aparelhos não homologados realizada pela instituição em centros de distribuição de produtos eletrônicos e uma das maiores em geral". Olha só a gravidade da situação.

Quero lembrar que essa empresa, a Multi, Multilaser, do secretário da Educação, Renato Feder, tem contratos com o estado, fornece equipamentos eletrônicos para o estado de São Paulo, tem várias licitações - tem uma licitação de 200 milhões de reais para a Secretaria da Educação.

A pergunta que todos estão fazendo agora: será que produtos de contrabando, produtos não licenciados, estão sendo vendidos para a rede estadual? Esses produtos estão chegando nas escolas da rede estadual, no lamspe? Porque teve compra do lamspe também, de hospital regional aqui em São Paulo, tem vários contratos da Multilaser.

Então a pergunta que fica no ar: será que os nossos alunos estão recebendo produtos de pirataria? Sr. Presidente, isso é grave. É uma denúncia gravíssima, que nós temos que investigar com profundidade.

Se 112 mil itens. Produtos foram já detectados como produtos piratas, não homologados. Eu fico imaginando o que chegou para a rede estadual de ensino nesse contrato de 200 milhões de reais, porque já é grave um secretário da Educação ter um contrato, fiscalizar o contrato da sua própria empresa.

Isso já é grave, aí tem um grande conflito de interesse. Já é um verdadeiro escárnio isso. Ele nem poderia estar nesse cargo.

Agora, essa descoberta de que tem pirataria na empresa Multilaser, minha gente. Olha que grave. É uma vergonha para o estado de São Paulo manter um secretário como esse. Então é pirataria da empresa do Renato Feder.

Nós vamos agora... estamos acionando o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, para investigar se os produtos que estão chegando nas escolas estaduais, desse contrato de 200 milhões de reais, se esses produtos são piratas também. Nós queremos saber se eles são homologados ou não. Vamos fazer uma consulta também com a Anatel para ver se ela tem mais dados sobre isso.

Então, essa é a pirataria do governo Tarcísio no estado de São Paulo. Mas nós temos também a privatária bolso-tucana. Refiro-me aqui a uma outra notícia, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar agora - por favor, Machado, aqui no telão - que é referente à abertura de uma consulta pública...

A consulta pública número um saiu no "Diário Oficial" ontem, Sr. Presidente. O governador Tarcísio vai privatizar as escolas da rede estadual. Ele já começa privatizando 33 escolas: vai privatizar a gestão, a manutenção, a segurança, a infraestrutura de 33 escolas estaduais.

Abriu um edital para que... através de PPP's, das famosas Parcerias Público-Privadas, porque isso é privatização. É um

nome bonito, que disfarça a privatização, que vai entregar recursos públicos para as grandes empreiteiras construírem escolas estaduais e depois explorarem os serviços que dão lucro, logicamente, segurança, limpeza, gestão administrativa.

Isso é muito grave, Sr. Presidente, porque é a porta de entrada para uma privatização geral da rede estadual de ensino. É a privatária Bolsotucana. Nem o "tucanistão" nem o PSDB conseguiram fazer isso, mas os bolsonaristas, juntamente com os tucanos, conseguem fazer. E já começa com abrir a porta da privatização da rede estadual.

Primeiro eles privatizam esses serviços: gestão administrativa, manutenção, segurança e depois eles vão privatizando também, terceirizando, a gestão pedagógica, contratação de professores e assim vai. Mas nós vamos reagir em relação a isso também, acionando o Ministério Público, o Tribunal de Contas, vamos judicializar essa consulta pública, Sr. Presidente.

Então, não à pirataria da Multilaser, do Renato Feder, e não à privatária do Tarcísio de Freitas, que quer privatizar as escolas da rede estadual de ensino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos, deputado estadual Eduardo Suplycy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Paulo Mansur, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, entre os dias 9 e 12 de dezembro, eu estive no estado de Pernambuco. Ocasão em que fui convidado a participar do I Simpósio de Cannabis Medicinal e Direito, da Comissão de Direito e de Cannabis Medicinal da OAB de Pernambuco, Ordem dos Advogados do Brasil.

Tive a honra em participar da mesa de abertura, que contou com a presença das seguintes pessoas: o Sérgio Urt, presidente da Comissão de Direito Cannabís; Maria Luiza Cabral, vice-presidente desta Comissão; Fernando Ribeiro Lins, presidente da OAB de Pernambuco; Ingrid Zanella, vice-presidente da OAB de Pernambuco; Manuela Alves, secretária-geral adjunta da OAB de Pernambuco; Anne Cabral, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco; Diogo Ramos, diretor-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco; Marcos Antônio de Carvalho, procurador-geral de Justiça; João Paulo Lima e Silva, deputado estadual de Pernambuco; Waldemir Tavares, desembargador estadual de Pernambuco; Vladimir Saboia, presidente da Comissão de Direito do Setor de Cannabis Medicinal, da seccional da OAB do Rio de Janeiro e secretário-geral da Comissão de Direito do Setor da Cannabis Medicinal da OAB Nacional; Valéria Espindola de Lima Cavalcante de Lira, perita criminal federal; Ivan Moraes, vereador da cidade de Recife.

E também participei da outra mesa, chamada "Caminhos de Acesso ao Tratamento à Cannabis Medicinal", que contou com a presença de Ladislau Porto, membro consultor da Comissão Especial de Direito à Cannabis Medicinal da OAB, Centro de Comissão de Direito Cannabís da OAB de Pernambuco; secretário da Comissão de Cannabis Medicinal da OAB do Rio de Janeiro e fundador do Instituto Mundo Cannabís; Renan Castro, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; Ivan Moraes, vereador da cidade de Recife; João Paulo Lima e Silva, deputado estadual em Pernambuco; Rodrigo Cariri, médico da Família e Comunidade, professor-adjunto da Universidade Federal de Pernambuco; com a mediação do presidente Sérgio Urt, da Comissão de Direito Cannabís.

No dia dez, sexta-feira, tive um diálogo muito construtivo com o jovem prefeito de Recife, João Henrique Campos, do PSB.

Em nosso longo diálogo, fiquei feliz em observar como ele está interessado em temas tão atuais como a Cannabis medicinal e a renda básica de cidadania universal e incondicional.

João Henrique Campos, enquanto deputado, criou a frente parlamentar de apoio à renda básica. Ao circular por Recife, vi como a cidade está bem cuidada. É muito prazeroso ver uma jovem liderança abraçar causas tão importantes.

E no sábado, dia 11, fui para Olinda junto com Mônica Dallari, que participou de toda esta viagem, visitei a Associação Aliança de Cannabis Medicinal. Achei muito interessante conhecer a produção de Cannabis em containers, que beneficia 4 mil pacientes.

Trata-se de notável exemplo de determinação da presidenta Élide Lacerda, que conheceu os benefícios da Cannabis ao tratar de seu filho. Está mais do que na hora de o presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira, colocar em votação o recurso ao PL 399, que regulamenta plantio da Cannabis e que está engavetado há dois anos.

É fundamental garantirmos o acesso à Cannabis para todas e todos os brasileiros. O direito à Saúde está previsto na Constituição, chegou a hora de avançarmos nesta direção.

Eu gostaria aqui de assinalar que, nesta reunião, pude verificar o lançamento de uma cartilha informativa sobre direito a Cannabis medicinal, produzida pela Comissão de Direito de Cannabis Medicinal, da Ordem dos Advogados do Brasil.

E eu, inclusive, quero transmitir o conteúdo desta iniciativa e desta cartilha para a Ordem dos Advogados de São Paulo, pois acredito que a presidenta poderá seguir o exemplo da OAB de Pernambuco e de outras que estão acontecendo, como a de Sergipe e a do estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos, deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Indo para a Lista Suplementar, deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Dani Alonso.

A SRA. DANI ALONSO - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde, Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem aqui no plenário e nos acompanham pela TV Alesp.

Hoje é um dia muito especial, hoje é o Dia Mundial do Diabetes. Isso nos leva a uma reflexão muito profunda sobre as conquistas e os desafios que esta doença causa para milhares de pessoas em todo o mundo e também aqui no nosso País.

O Brasil é o terceiro país em número de casos de pessoas portadoras de diabetes tipo 1. São aproximadamente 600 mil pessoas impactadas aqui no nosso País e isso nos leva à reflexão e nos convida, para que a gente possa, cada vez mais, trabalhar e estimular políticas públicas para a vida dessas pessoas. Normalmente, essas pessoas descobrem, em 70% dos casos, após uma complicação grave dessa doença.

Além das graves consequências dessa doença na vida das pessoas, foi feito um estudo, pela USP e pela Unicamp, que comprovou um gasto de, aproximadamente, 10 bilhões com pessoas portadoras de diabetes.

Este custo pode chegar a 27 bilhões até 2030. Esses números nos revelam e nos mostram que é emergencial que a gente trabalhe e pense em políticas públicas, para que possamos resolver esse problema no nosso País.

Pensando na continuidade do tratamento dessa doença, apresentei aqui, nesta Casa, um projeto de lei que determina que o laudo médico para pessoas portadoras de diabetes tipo 1 tenha prazo de validade indeterminado. Em consequência, que esse tratamento não possa ser interrompido, com as medicações fornecidas pelo SUS para essas pessoas, até que o laudo possa ser novamente renovado.

No dia primeiro de novembro, esse meu projeto, que foi aprovado por esta Casa, foi sancionado pelo nosso governador, Tarcísio de Freitas, que se preocupa muito com o bem-estar da vida dessas pessoas. E, também, pensando em uma questão de políticas públicas e gestões para o nosso estado de São Paulo.

Agora, esse meu projeto de lei, é lei. A Lei nº 17.838. Essa lei ganhou tanta repercussão no nosso País, que vários estados

tomaram medidas e apresentaram propostas semelhantes, para que a gente possa... Mostrando o potencial de políticas públicas bem desenvolvidas para combater essa doença no nosso País.

Para concluir, o Dia Mundial do Diabetes nos leva a uma reflexão de que é necessário, é o nosso dever, cada vez mais, proporcionar tratamento e fazer a gestão dessa doença, pensando na saúde e na vida da nossa população.

Esse meu projeto é apenas um passo, mas já é um passo voltado olhando para um futuro de políticas públicas que cuidam da vida e da saúde das pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Gostaria de convidar o deputado Carlos Giannazi para dar continuidade aqui na Presidência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Boa tarde, presidente. Obrigada pela palavra. Cumprimentos ao Suplycy, meu colega, deputado aqui no plenário, presente, a todas as pessoas que estão trabalhando e permitem que a gente possa estar aqui representando a nossa população.

Queria começar parabenizando a deputada Dani Alonso, que trouxe aqui um avanço importante para a população que tem diabetes tipo 1. O laudo permanente é fundamental para que essas pessoas possam ter um melhor tratamento, inclusive, na rede pública.

Fico muito feliz de ver uma deputada, mulher, conseguindo avançar uma pauta tão importante para pessoas que precisam. Com certeza, diabetes tipo 1 é uma doença que precisa ter a nossa atenção aqui, nesta Casa, que precisa ter a atenção da Saúde pública. Então, parabenido a deputada e o governador por esse avanço importante.

Está calor. Está calor, né? Está calor e vai ficar cada vez mais calor. Eu já subi aqui muitas vezes para falar sobre as mudanças climáticas, sobre a nossa responsabilidade desse tempo, de todas as pessoas que estão vivas nesse momento, em se comprometer com mitigar as mudanças climáticas e a criar políticas de estratégias de adaptação.

Não dá mais para negar que essa é uma realidade. Não tem como negar. Essa realidade nos obriga, traz a nós, todos os gestores públicos, a responsabilidade de trabalhar com parcimônia e com clareza do que a gente quer.

Qual é a cidade que a gente vai querer? Qual é o estado que a gente vai querer? Como a gente vai cuidar das pessoas que mais vão sofrer com as mudanças climáticas. Para variar, são as pessoas em situação de vulnerabilidade, as pessoas vulnerabilizadas, que estão realmente sofrendo com ondas de calor, com enchentes, com moradias inadequadas, com grandes vendavais, com tudo isso que vai acontecer cada vez mais e impacta as pessoas que mais precisam.

E para isso a gente precisa de planos de energia, onde a gente tenha energia solar, captação de energia solar na cidade inteira, no estado inteiro, porque vamos demandar cada vez mais (Inaudível.) energético para a adaptação climática.

A gente precisa garantir legislação adequada; não são só as ações individuais que vão conseguir mitigar as mudanças climáticas, nem vamos conseguir nos adaptar, enquanto sociedade, às mudanças que já são uma realidade.

A gente precisa de leis mais severas, leis aplicadas, e que os grandes emissores sejam responsabilizados. A gente precisa de planejamentos urbanos olhando para as mudanças climáticas; de mais árvores. Chega a ser 10 graus de diferença em bairros arborizados e bairros sem nenhuma árvore.

Além disso, a arborização urbana traz a permeabilidade do solo, porque as chuvas também serão intensas. Isso diminui as enchentes, diminui os impactos e as vidas que estão sendo perdidas por conta das chuvas.

Então, a gente precisa pensar a cidade para adaptação climática, a gente precisa olhar para a nossa segurança alimentar. O ritmo do tempo muda; se a gente está destruindo a Amazônia, chove menos em São Paulo. Como que a gente planeja a nossa segurança alimentar? Em primeiro lugar, cuidando da agricultura, da pequena agricultura, agricultura familiar, agroflorestas, pensando em novas tecnologias de agricultura de baixo carbono. Isso é urgente.

E por fim a gente precisa pensar mobilidade. Não dá mais para a gente querer continuar insistindo num modelo do começo do século passado, de incentivo a carros nas ruas, que têm alta emissão de carbono, baixa capacidade coletiva de transporte, e não olhar para isso como uma possibilidade de a gente pensar uma adaptação às mudanças climáticas, como um mecanismo de transformação de mobilidade. É urgente.

Então, esses são os cinco pilares que a gente vem falando, que a gente pode, como políticas públicas, construir e fortalecer, para nos adaptarmos às mudanças climáticas, que já são uma realidade, e para tentar contribuir para que essa curva acelerada de aumento da temperatura não chegue a um momento em que a vida se torne inviável em sociedade. A hora é agora, e a responsabilidade é nossa.

Falando sobre esse assunto também, sobre a nossa responsabilidade, a gente está na época do ano em que a gente discute a LOA, a Lei do Orçamento Anual, uma lei importantíssima, que é um dos principais papéis desta Casa, que é responder e pensar qual é o Orçamento do Estado de São Paulo.

Faço uma pergunta para os presentes: qual é o Orçamento do Estado de São Paulo? Quem sabe? A gente faz essa pergunta em todos os lugares, e a gente recebe uma multiplicação de chutes diferentes.

Mas é muito difícil as pessoas chutarem que é em torno de 320 bilhões de reais. É muito dinheiro; é muita responsabilidade discutir com esse dinheiro é destinado. É papel desta Casa.

Eu fiz 35 emendas à LOA deste ano, versando sobre primeira infância, e a gente fala sobre qual é a importância de as crianças estarem refletidas no Orçamento; Meio Ambiente; Segurança Pública; e Mulheres. E a gente vai falar mais disso aqui nos próximos dias.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputada Marina Helou. Com a palavra, o deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Paulo Mansur, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. PAULO MANSUR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente em exercício, Carlos Giannazi; cumprimentar o deputado Zambelli, que acabou de chegar aqui no plenário.

Falar a todos vocês que está acontecendo a CPI da Enel, empresa que eu pedi para o Ministério Público investigar. E foi acatada essa investigação pelo promotor Denilson de Souza Freitas, porque o estado de São Paulo ficou três dias na escuridão, e muitas pessoas deixaram de abrir o seu comércio, muitas pessoas deixaram de ter a sua vida num prazo muito difícil. Porque quando acaba a luz, no dia seguinte, no máximo, ela restabelece.

E dentro desta CPI da Enel que aconteceu aqui, inclusive, caiu a luz durante três momentos na CPI. Ou seja, é realmente para o Ministério Público investigar. Então, eu quero agradecer ao promotor por ter acatado o meu pedido para investigar por que a população do estado de São Paulo teve que ficar tantos dias na escuridão.

Agora me surge um assunto que eu acabei dando uma estudada no passado, porque em 2010, o presidente Lula, que estava em exercício na Presidência... Foi emitida uma nota no